



Senhores e escravos nas sociedades Ibero-Atlânticas

Coleção | Collection: Estudos & Documentos, Volume 26

DOI: <https://doi.org/10.34619/rswl-6jsl>

Homepage: <https://livros.fcsh.unl.pt/cham>

Maria do Rosário Pimentel  Maria do Rosário Monteiro 

Editor | Publisher:

Edições CHAM

<https://livros.fcsh.unl.pt/cham>

Copyright:

Maria do Rosário Pimentel; Maria do Rosário Monteiro, António Borges, Adriano Moreira, Alberto de Carvalho, António Manuel de Andrade de Moniz, António Martins, Carlos Engemann, Célia Maia Borges, Clara Sarmento, Elisete da Silva, Maria Cristina Neto, João Pedro Marques, Jonis Freire, Jorge Fonseca, Jorge Matta, José Augusto dos Santos Alves, Joseph Abraham Levi, Marcia Amantino, Marcia Eliane Alves de Souza, Margarida Vaz do Rego Machado, Rute Dias Gregório, Maria da Graça Alves Mateus Ventura, Miguel Real, Rocío Perriáñez Gómez, Ronaldo Vainfas, Simon Edwards, Augusto Moutinho Borges, Martin Lienhard, Ana Maria Ramalhete, Rui Zink, Leonor Dias de Seabra, Maria de Deus Beites Manso, Maria do Rosário Pimentel, 2019

© O(s) Autor(es). Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s). This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es). The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

ANTÓNIO BORGES COELHO*

Corpos presos que salvam almas**

Introdução

O Êxodo regista as palavras de Jeová a Moisés:

Quando adquires um escravo hebreu, ele servirá seis anos, mas no sétimo, sairá em liberdade sem nada pagar [...]. Se o seu senhor lhe deu uma mulher, e se ela lhe gerou filhos e filhas, a mulher e os seus filhos serão para o seu senhor, e ele sairá sozinho. Mas se o escravo declarar: “Eu amo o meu senhor, a minha mulher e os meus filhos, não quero sair em liberdade”, o seu senhor fá-lo-á aproximar-se de Deus, fá-lo-á aproximar-se da porta ou do umbral, e perfurar-lhe-á a orelha com uma sovela, e ele seguiu-lo-á para sempre.

Aristóteles, no seu livro *A Política*, escrevia: “As partes primitivas e mais simples da família são o senhor e o escravo, o marido e a mulher, o pai e os filhos”. O cavalgar do homem sobre o homem mergulha para lá dos tempos bíblicos, recebe o beneplácito de Jeová e da filosofia grega, atinge largas massas dos homens mediterrânicos nos tempos do Império Romano. O próprio S. Paulo, na Primeira Carta aos Coríntios, escreve: “Eras escravo quando foste chamado? Não te preocupes com isso. Mas, ainda que pudesses tornar-te livre, procura, antes, tirar proveito da tua condição”. A escravatura mergulha as suas raízes no magma donde emergiu a chamada civilização ocidental.

No início deste nosso segundo milénio, os Estados islâmicos escravizam e importam escravos dos dois sexos, brancos e negros, de origem europeia ou sudanesa. A cidade judia de Lucena, na Extremadura espanhola, e Verdum, em França, eram os locais onde os mercadores de escravos castravam os eunucos, vendidos no al-Andalus e que daqui

* Professor Catedrático Jubilado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal.

** Este texto foi previamente publicado em *Notícias do Milénio* (1999), e gentilmente cedido pelo autor para ser publicado como introdução a este volume de textos.

seguiam também para os outros Estados islâmicos do Mediterrâneo. Em Córdova, os escravos europeus do palácio califal, eunucos e não eunucos, eram designados como *sakaliba* ou *slavu*, de onde veio a palavra *escravo* que suplantou a palavra latina *servus*. Estes escravos do palácio ganharam grande poder e fortuna. Alguns foram generais e, no desmembrar do califado de Córdova, escravos houve que se tornaram reis, como os das taifas de Almeria e de Denia.

Também os Estados cristãos, contemporâneos do Islão peninsular, conheceram a escravatura. O rei Afonso Henriques fala nos “meus mouros”, alguns dos quais trabalharam na construção das catedrais românicas.

A guerra foi a principal fonte da escravatura. Mas esta estava nos horizontes de quase todos os caminhos onde imperavam o medo e a violência do homem sobre o outro homem. No entanto, a mudança que continuamente corrói o corpo social levou muitos escravos a tornarem-se senhores e alguns senhores a arrastarem as cadeias dos escravos. O imaginário português não esquece o infante D. Fernando, escravo jardineiro e limpador de cavalições nas cidades mouras de Arzila e de Fez.

Também a vida prática destes homens, mulheres e crianças, privados da liberdade do corpo, variou com o tempo e as tarefas. A vida do escravo doméstico não podia comparar-se à do escravo que morria um pouco todos os dias no fundo da mina ou na fornalha dos engenhos de açúcar.

Neste nosso segundo milénio, a escravatura afectou todos os povos: europeus, asiáticos, americanos e principalmente africanos. A escravatura nos mares do Índico e do Pacífico ficou registada nas páginas fantásticas de Fernão Mendes Pinto. Mas a Lisboa chegavam também escravos dessas paragens. As escravas chinesas, por exemplo, eram disputadas por alto preço nos mercados europeus.

Índios arrasados

Quanto à escravidão dos índios americanos, ela remonta aos tempos da descoberta. Fernando de Noronha, mercador cristão-novo, ligado ao trato negreiro na costa africana, obteve por contrato o exclusivo da exportação do pau-brasil. Mas, além desta matéria-prima, os seus navios traziam para Lisboa índios escravos.

Durante o século XVI, os índios constituíram a principal mão-de-obra escrava no território brasileiro. Jorge Couto, em *A Construção do Brasil*, numera os escravos que, nesse século, trabalharam no engenho dos jesuítas de Sergipe do Conde: 93% eram índios, principalmente tupinambás mas também caetés, tapuias, tamoios e grijós, e só 7% africanos.

A partir da década de 70 desse século, os africanos tomaram a dianteira na agro-indústria do açúcar, mas os índios continuaram como escravos ao serviço dos colonos. Mesmo os índios “livres”, presos nas aldeias de serviço dos colégios de jesuítas, nas aldeias de serviço real, nas aldeias de repartição e até nas aldeias de missão, não tinham uma vida melhor do que a dos escravos. Um terço desses homens “livres” ficava na aldeia

a garantir o sustento, outro terço era requisitado pelo Estado para os trabalhos públicos, e o terceiro terço, quando não era metade, ficava ao serviço dos colonos. Em 1657, depois de se referir aos índios escravos e aos índios livres das aldeias, o padre António Vieira escreve que:

[...] não tiveram os pobres índios lugar de lograrem os seis meses que Vossa Majestade lhes manda dar para acudirem a suas lavouras e casas, e para conhecerem que não são cativos. Raro é o índio das aldeias que em cada um destes dois anos não tenha servido mais de dez meses.

Em 1562 o governador Mem de Sá decretou a guerra e a escravização dos índios caetés. O pretexto, invocado e real, era o de que tinham comido, em banquete ritual, o primeiro bispo do Brasil, Sardinha de seu nome. A guerra aos caetés visava também retirar-lhes a posse da terra.

Nas minas da América espanhola morreram milhares e milhares de índios a arrançar das profundezas o ouro e sobretudo a prata que fazia girar a engrenagem da expansão militar, religiosa e comercial das potências ibéricas.

O canto dos cativos

Segundo José Jobson Arruda, no final do século XVI, restavam dez milhões de índios, isto é, cerca de 10% dos oitenta a cem milhões que viviam no continente à chegada dos europeus. Razias, doenças endémicas, trabalho forçado, resistência armada ou pacífica tinham dizimado os povoadores primitivos do continente americano.

Mas, no milénio que acabou há pouco, a escravatura feriu principalmente o continente africano. Sangrou-o em milhões de homens, mulheres e crianças, sacrificadas no altar do capitalismo crescente.

A exportação em massa dos africanos foi iniciada pelos portugueses, liderados pelo Infante D. Henrique. Zurara ou Afonso de Cerveira descrevem de forma dramática, na Crónica da Guiné, a partilha de 230 africanos desembarcados no porto de Lagos, em 1444: “Começaram de os apartar uns dos outros, a fim de porem os seus quinhões em igualza; onde convinha de necessidade apartarem os filhos dos padres e as mulheres dos maridos e os irmãos uns dos outros”. Montado num poderoso cavalo, o Infante, a quem cabia o quinto, no caso, 46 almas, presidia à cena, cortada pelo choro e as lamentações, em maneira de canto, dos cativos.

O espectáculo degradante deveria repetir-se durante mais de quatro séculos. A violência que levava à compra e venda de homens começou desde a partilha de Lagos a cobrir-se com o manto da hipocrisia. Se lhes prendiam os corpos, diziam, em contrapartida, salvavam-lhes as almas.

Nos primeiros anos, os cativos eram mauritanos e canários, mas no último quartel do século os escravos negros eram dominantes. Eram utilizados na secagem de pauis, no arroteamento de novas terras, nas fundições, na armaria, nos armazéns da Ribeira e nos trabalhos domésticos.

No século XVI, o número de escravos em Lisboa rondava os 10% da população e andava pela metade nalguns centros urbanos do Sul do país. “Mal pus pé em Évora julguei-me transportado a uma cidade do inferno. Por toda a parte topava com negros”, escrevia o humanista Nicolau Clenardo. Em 1565, Severim de Faria afirmava que, por falta de gente portuguesa, os mais dos trabalhadores serviam-se de escravos da Guiné e mulatos.

Damião de Góis, em carta ao reitor Nânio, escrevia que todos os anos chegavam a Lisboa, “dos reinos da Nigricia, 10 a 20 mil escravos, além dos que chegam da Mauritània, da Índia e do Brasil, cada um dos quais se vende por dez, vinte, quarenta e cinquenta ducados de ouro”. Por sua vez, Garcia de Resende exaltava a aplicação de capital na compra, reprodução e venda de escravos: “É cousa que sempre vale/ tresdobra o capital/ em Castela e nas Antilhas”.

Mil e quinhentas escravas lavavam e ensaboavam em Lisboa a roupa dos seus donos e clientes, mil carregavam a canastra com sujidades até ao Tejo, outras mil, de pote à cabeça, levavam a água ao domicílio. Alguns negros eram esgrimidores, enquanto Francisco de Sousa ensinava a dançar no Beco da Cortesia. António, escravo da Ordem de Cristo, em Tomar, sabia ler, escrever, cantar canto chão e tanger viola.

Em 1484, a rainha Leonor intervinha a favor da Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, sediada na Igreja de São Domingos. Mas no século XVI e seguintes, a condenação deste negócio brutal quase só nos chega pela pena do padre Fernando Oliveira, em *A Arte da Guerra no Mar*.

Não se achará nem razão humana consente que jamais houvesse no mundo trato público de comprar e vender homens livres e pacíficos como quem compra alimárias, bois ou cavalos e semelhantes. Assim os tângem, assim os constangem, trazem e levam e provam e escolhem com tanto desprezo e ímpeto como faz o magarefe ao gado do curral.

Sete anos de vida

Data de 1501 a chegada dos primeiros negros às Antilhas. Os irmãos Gaspar, Diogo e Afonso de Torres e o contratador Manuel Caldeira são alguns dos negreiros portugueses envolvidos logo no século XVI na exportação de negros para a Hispano-América. Nas palavras de Maria da Graça Ventura, os “contratantes arriscam pequenas fortunas num negócio de humana mercadoria. Contratam, registam, carregam, desviam, aportam no destino ou em qualquer outro lugar”.

Os portugueses testaram na Madeira e em São Tomé a utilização do trabalho escravo na agro-indústria do açúcar. E desde a primeira metade do século XVI que ela é implantada no Brasil. Depois nas Antilhas e no Sul da América do Norte. No dizer do jesuíta seiscentista André João Antonil, os escravos eram as mãos e os pés dos senhores do engenho.

O auge da exportação de escravos negros para as Américas ocorreu nos séculos XVII e XVIII e primeira metade do XIX. Navios negreiros chegavam a transportar como

arenques em barricas setecentos a mil escravos. Desembarcavam como destroços humanos, cobertos de piolhos e de sarna e ferrados com a marca do importador.

Num sermão aos negros do Brasil, o padre António Vieira descreve a transmigração das almas africanas:

Uma das grandes cousas que se vêem hoje no Mundo e nós pelos costumes de cada dia não admiramos é a transmigração imensa de gente e nações etíopes, que da África continuamente estão passando a esta América. [...] Entra por esta barra um cardume monstruoso de baleias, salvando com tiros e fumos de água as nossas fortalezas, e cada uma pare um baleato; entra uma nau de Angola, e desova no mesmo dia quinhentos, seiscentos e talvez mil escravos. Os israelitas atravessaram o Mar Vermelho e passaram da África à Ásia, fugindo do cativoiro; estes atravessam o Mar Oceano na sua maior largura, e passam da mesma África à América para viver e morrer cativos.

No Mercado do Valongo, no Rio de Janeiro – as palavras são de Luciano Raposo, no seu livro *Marcas de Escravos* –, os compradores avaliavam o estado do fígado e do baço, enfiavam a mão no ventre para verificar alguma dor, auscultavam o tórax e pediam que corresse e gritasse para se saber o estado da musculatura e dos pulmões; examinavam a língua e os dentes. Os grilhões, a gargaleira, os açoutes públicos acompanhavam o trabalho brutal. Aos fugitivos marcavam na pele um F com um ferro em brasa. Se reincidiam cortavam uma orelha. Calculavam em sete anos a vida média de um negro jovem no inferno do engenho.

Os escravos não aceitavam de braços caídos a sua sorte. No final do século XVI dominaram quase totalmente a ilha de São Tomé. Na América espanhola e no Brasil, escravos fugitivos e amotinados fundaram, nas montanhas inacessíveis, pequenas aldeias de liberdade, os mocambos e quilombos.

Portugal, Inglaterra, Espanha, França, Holanda, Dinamarca, Brasil, Estados Unidos da América e chefes tribais africanos envolveram-se profundamente no negócio de exportação de corpos humanos.

Robert Conrad calculou em cinco milhões os negros exportados para o Brasil; cem mil no século XVI, dois milhões no século XVII, dois milhões no século XVIII e um milhão e meio na primeira metade do século XIX. Na véspera da independência, os escravos ascenderiam a 29% da população, mas em São Paulo subiam a 32% e no Maranhão a 66%.

Por sua vez, James Rawley considerou que, até 1870, teriam sido exportados para as Américas onze milhões trezentos e quarenta e cinco mil escravos negros, cabendo ao Brasil quatro milhões cento e noventa mil, ao Caribe britânico dois milhões quatrocentos e quarenta e três mil, à América espanhola, um milhão seiscentos e oitenta e sete mil, à América do Norte quinhentos e vinte e três mil, ao Caribe holandês quinhentos mil e ao Caribe dinamarquês cinquenta mil.

Um flagelo até hoje

A escravatura varria o trabalho livre. E quando, no final do século XVIII e princípios do XIX, a industrialização crescente impôs a amplificação dos mercados, as leis e a esquadra inglesa deram força à voz dos abolicionistas. Em 1815, o Congresso de Viena condenou a escravatura. Novas condenações surgiram na Conferência de Berlim de 1926 e na Declaração dos Direitos do Homem, nas Nações Unidas, em 1948. Tais condenações significam que este flagelo social se arrastou até aos nossos dias. E se Portugal aboliu por lei a escravatura em 1836, embora o negócio continuasse largamente até à segunda metade do século XIX, a Arábia Saudita, por exemplo, só a aboliu oficialmente em 1963.

Se te dissessem – escreve Salomão – vem connosco, façamos emboscadas para derramar sangue, armemos ciladas ao inocente, mesmo sem motivo [...] e encheremos as nossas casas de despojos. [...] Não vás com eles, meu filho, afasta os teus pés das suas veredas porque os seus passos correm para o mal. [...] Eles armam emboscadas que são contra si mesmos.

Sugestões de leitura

- BIRMINGHAM, David Bevis. 1966. *Trade and conflict in Angola: the Mbundu and their neighbours under the influence of the Portuguese, 1483-1790*. Oxford: Clarendon Press.
- CAPELA, José. 1974. *Escravatura: a empresa de saque, o abolicionismo, 1810-1875*. Porto: Afrontamento.
- CARREIRA, António. 1983. *Notas sobre o Tráfego Português de Escravos*. Lisboa: Universidade Nova.
- FONSECA, Jorge. 1997. *Os Escravos em Évora no Século XVI – Novos estudos eborenses*. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- MEDINA, João, e Isabel de Castro Henriques. 1996. *A Rota dos Escravos: Angola e a rede do comércio negro*. Lisboa: Cegia.